

Trabalho apresentado no Seminário Internacional Migração e Mobilidade do Trabalho: questões demográficas e laborais. IHC/FCSH/ UNL. 2014.

Imigração: funcional ao desenvolvimento capitalista, mas socialmente indesejável

*Maria Augusta Tavares*

Não sou uma especialista em migrações. Meu interesse por essa área do conhecimento está diretamente relacionado à questão social, razão de ser da minha profissão. Orientada pela tradição marxista, entendo a questão social como resultante da contradição capital-trabalho. E nesse sentido, adoto uma recomendação que fizera Marx, em *A miséria da filosofia*: “precisamos nos dar conta do que se passa ante nossos olhos e tornarmo-nos porta-vozes disto” (Marx, 1985, p. 119). A mim parece que quase todas – talvez todas – as dimensões da vida dos trabalhadores tenham sido atingidas pela flexibilização da economia. Nesse contexto, as condições particulares do trabalho do imigrante colocam a migração laboral no centro da questão social. Uma cuidadosa investigação desse fenômeno demonstra que nele estão materializadas importantes determinações do capitalismo, quais sejam: a lei do desenvolvimento desigual e combinado, a divisão internacional do trabalho, a superpopulação relativa e, óbvio, a acumulação do capital, pelo que a imigração laboral, a meu ver, torna-se a expressão mais universal da questão social contemporânea.

Nessa perspectiva, minha intenção é fazer uma exposição que articule questão social e migrações, no contexto da relação capital-trabalho, mediada por um Estado que se declara de todos sem que possa cumprir essa promessa, porquanto se ergue sobre os alicerces da propriedade privada. Assim, a afirmação de que todos são iguais perante a lei é só uma tentativa de ocultar a desigualdade socioeconômica e a própria desigualdade no acesso à justiça e no tratamento recebido da Justiça.

São inúmeras as promessas traduzidas em leis, acordos, regulamentos, convenções, tratados etc. acerca do fenômeno migratório internacional. A meu ver, o Estado se legitima mediante um aparato legal que salvaguarda interesses econômicos, nos quais está incluída a função social do trabalho,

sem que os direitos trabalhistas, na prática, sejam garantidos. Por mais paradoxal que pareça o que vou afirmar, do ponto de vista liberal (ou neoliberal, se preferirmos), uma coisa é o trabalho, outra o trabalhador. Uma coisa é a imigração, outra o imigrante. Embora sejam partes de um todo indissociável, a sociabilidade capitalista encontra formas de separá-los, de modo que atua sobre a imigração como uma dimensão da economia e deixa o imigrante a cargo da sociedade; desta, ele pode receber apoio, mas também rejeição, sobretudo em virtude dos limites impostos a todos os trabalhadores pela crise do capital. O senso comum tende a responsabilizar os imigrantes pelo desemprego, quando não lhes atribui centralidade no crime, na disseminação das drogas e em outros males sociais.

No que tange à dissociação referida, convém lembrar que o ato de separar, fragmentar, classificar é lugar-comum na história do capitalismo. As setorializações e dualismos propiciam a defesa de um estatuto mediante o qual o capitalismo se confunde com a riqueza. A fragmentação, obviamente, tem objetivos definidos, a exemplo do que ocorre com a flexibilidade econômica. Esta, ao separar os trabalhadores, ao deslocalizar a produção, ao criar novas formas de trabalho e fomentar a ilusão do empreendedorismo como saída para o desemprego, por um lado cumpre um papel fundamental aos interesses capitalistas, já que reduz os custos da produção; entretanto, por outro lado, atua nocivamente sobre a vida dos trabalhadores, aumentando a exploração e cancelando a proteção social.

Ora, dado que a transformação social é o horizonte da tradição marxista, cujo sujeito revolucionário só pode ser concebido no universo do trabalho, conclui-se que as perspectivas do movimento operário passam, obrigatoriamente, pelas relações que integram (ou desintegram), mundialmente, trabalhadores, economia e sociedade. Passa, portanto, pelo fenômeno migratório que, a meu ver, deve ser matéria de pesquisa para qualquer área do conhecimento que questione a desigualdade social. Ou seja, no desvelamento das relações que consubstanciam o fenômeno migratório, além de inserir-se a defesa dos direitos burgueses que, obviamente, devem ser reivindicados, também deve estar implícita a luta por uma nova sociabilidade. Pois, enquanto a violência e a arbitrariedade sistêmicas regerem as relações econômicas, o Estado de Direito não passa de uma possibilidade formal.

Para adentrar na discussão proposta, eu peço licença aos especialistas para fazer uso de uma fundamentação teórica, que me parece ser clássica, na análise da relação entre processos de imigração e mercado de trabalho. Refiro-me à teoria do mercado de trabalho segmentado, segundo a qual dois segmentos principais o compõem, o primário e o secundário. O mercado primário caracteriza-se pela estabilidade no emprego, bons salários, perspectivas de carreira etc. Incluem-se nesse mercado as organizações públicas e algumas empresas privadas. Já o mercado secundário é composto por empregos com insegurança contratual, baixos salários, fracas oportunidades de promoção, ausência de proteção social e baixo estatuto social (Peixoto, 2008, p. 21).

Malgrado as diferenças, ambos os segmentos são necessários ao desenvolvimento capitalista, que não prescinde do trabalho de baixa qualificação, o que já oferece um indício das razões pelas quais a maioria dos imigrantes ingressa no chamado mercado de trabalho secundário. Três principais causas para essa incorporação são apontadas por Peixoto (2008), no mercado de trabalho em Portugal: uma abundante procura de trabalho, sobretudo os trabalhos precários, mal pagos, muitas vezes de natureza informal; a possibilidade de inserção irregular e obtenção de estatuto legal posterior; e uma aparente complementaridade entre portugueses e imigrantes. Os portugueses, por sua vez, procuram os segmentos mais protegidos ou optam pela própria emigração, o que implica realizar trabalhos de menor estatuto social e econômico em outros países (Peixoto, 2008, p. 21). Em contrapartida, abrem-se postos de trabalho de baixa qualificação, em Portugal, para os imigrantes.

Nesse ambiente, cria-se uma espécie de jogo das cadeiras entre os trabalhadores, mundialmente. É nesse jogo que se expressam a lei do desenvolvimento desigual e combinado, a divisão internacional do trabalho, a funcionalidade do exército de reserva, enfim, a subordinação do trabalho ao capital. Evidentemente, a subordinação, maior ou menor, está relacionada a diversos fatores, mas aqui enfatizo o momento histórico, decorrente da reestruturação produtiva do capital, principalmente no que tange à flexibilização e às suas consequências para o trabalho.

Convém ressaltar que a teoria do mercado de trabalho segmentado não afirma que todos os imigrantes sejam atraídos para o mercado secundário, mas, sem dúvida, esse segmento incorpora a grande maioria dos trabalhadores imigrantes. Segundo Peixoto, os imigrantes

Inserem-se frequentemente em empregos com fracas condições remuneratórias, poucas expectativas de carreira profissional, natureza precária e exposição significativa a acidentes de trabalho. (...) são muitas vezes vítimas de exploração laboral – colocando também em risco os direitos adquiridos por outros trabalhadores nos mesmos sectores de actividade (2008, p. 37-38).

Sabe-se também que o regime de trabalho temporário não é um privilégio da economia flexível. Mas esse tipo de trabalho, oportunamente adotado pela Europa Ocidental no período posterior à Segunda Guerra Mundial, foi plenamente desenvolvido para atender à política econômica da flexibilização. Assim, conforme Phizacklea, citada por Peixoto (2008, p. 22), “a ‘procura constante de trabalho mais flexível e incerto’, por parte dos empregadores (...), tem levado cada vez mais à imigração e ao recrutamento de trabalhadores imigrantes, incluindo os que se apresentam com um estatuto irregular”, do que trataremos adiante.

Complementarmente, Paulo Bársia, Diretor do Escritório da OIT, em Lisboa, afirma:

[...] as migrações por razões laborais são uma das dimensões mais visíveis da globalização e, se excluirmos as guerras e as epidemias, a fuga à pobreza e à insegurança e a procura de um melhor emprego, são os factores que mais levam as pessoas a procurar outros países e a aceitar muitas vezes qualquer trabalho, independentemente das respectivas condições (2008, p. 213).

Esse mesmo Bársia (2008, p. 213, apud Kwar) declara que para a OIT “os instrumentos fundamentais dos direitos dos trabalhadores e dos direitos dos migrantes são baseados essencialmente nos princípios da igualdade, da não discriminação e da protecção”.

Ora, se confrontarmos essa afirmação com o que foi exposto, é possível constatar que tais direitos são insustentáveis. A desigualdade entre autóctones e estrangeiros é palpável. Entre outros indicativos da suposta inferioridade dos estrangeiros, verificam-se: sobrequalificação em determinadas atividades, remuneração inferior, discriminação por nacionalidade e condição laboral

precária.

Ainda no âmbito do direito, chama atenção o fato de o Estado português, contrariando as suas próprias determinações, ignorar o estatuto irregular de muitos imigrantes. Certamente isso não ocorre por desconhecimento dos que operam no âmbito dos direitos. Se as leis não são tomadas ao pé da letra é porque os juristas se apoiam em princípios e valores gerais do capitalismo, nos quais acreditam. Não me parece razoável o acolhimento de trabalhadores que agravam a questão social, sem que isso represente ganhos para a sociedade, quer na forma de mais-valia, quer na arrecadação de impostos. Certamente, se o imigrante não fosse funcional ao mercado e ao Estado, cumprir-se-iam as leis.

Se o imigrante em situação irregular pode contribuir para a Segurança Social, significa que ele está acessível aos órgãos oficiais, donde se pode deduzir que essa consciente hipocrisia se coloca a serviço da economia, em detrimento dos direitos do trabalho. Na prática, o capitalismo toma para si o desenvolvimento económico e transfere a pobreza decorrente para o que se convencionou chamar de “o social”, como se este lhe fosse exterior. Em Portugal, as associações de imigrantes cumprem o papel de enfrentar os efeitos decorrentes do fenómeno migratório.

Sob um discurso que apela à solidariedade e ao voluntarismo, um secretário de Estado do Governo português declarou:

Infelizmente, como está cada vez mais claro, o Governo e a Administração Central e Local não podem fazer tudo, não têm capacidade para isso. E, por isso, num momento de dificuldades económicas muito sérias que atravessamos, mais que constatar isto mesmo, cumpre-nos divulgar aquilo que cada um de nós pode, como cidadãos, sociedade civil, fazer pelo país como voluntários, nas mais variadas áreas (Duarte, 2011, p. 13-14).

Assim, sob a égide do voluntarismo, surge em Portugal uma gama de associações que expressam diferentes formas de articulação entre o Estado e a sociedade civil, “visíveis no rápido e recente desenvolvimento de um terceiro setor, com forte respaldo em recursos públicos” (Marques, 2010, p. 11). Proliferam associações de imigrantes de âmbito local, regional e nacional, além de outras entidades que, movidas pelo espírito de solidariedade cristã ou por

motivações semelhantes, mesmo sem contar com recursos sistemáticos advindos do Estado, recorrem a outros meios, na tentativa de minimizar os problemas dos imigrantes.

A defesa do voluntariado afirma que indivíduos, instituições públicas e privadas, juntos, podem descobrir a forma ideal de administrar a questão social. Ora, a questão social não é um problema administrável, é a própria contradição capital-trabalho em ato. Portanto, eliminá-la implica a eliminação do sistema de que ela mesma se nutre. Com todo respeito a quem se dedica ao trabalho voluntário, por melhores que sejam as suas intenções, essa prática, que pode resultar em benefícios individuais, sendo, portanto, significativa para o imigrante, não altera em nada a desigualdade inerente à ordem capitalista.

Salvo engano, cabe às associações assumir as funções sociais do Estado em relação ao imigrante. Dir-se-ia que as associações limpam o campo no qual a economia joga. Ao Estado, dado o encerramento da ascensão histórica do capital, cumpre a exigência de “proteger permanentemente a produtividade do sistema” (Mészáros, 2002, p. 106).

Para concluir, quero trazer dois pensamentos que se complementam e que contribuem para a elucidação da minha análise. Primeiro, uma afirmação feita em 1911, por Affonso Costa, no seu concurso à cadeira de Economia Política na Escola Polytechnica de Lisboa, cuja atualidade é inquestionável, embora à época a designação país de imigração nem se aplicasse a Portugal. Nas suas palavras: “O que é exacto e verificável é que a imigração exerce uma enorme influência na formação dos países de destino. Muitos desses povos devem à imigração o rápido e vertiginoso desenvolvimento de suas instituições econômicas e sociais” (Costa, 1911, p. 118). Em segundo lugar, uma afirmação recente, feita em 2008, pelo diretor do escritório da OIT, em Lisboa, aqui já referenciado. Declara Bársia:

Há muito que as migrações deixaram de ser vistas exclusivamente como uma oportunidade para quem emigra, um direito humano, passando a ser consideradas como um benefício para as sociedades de acolhimento, bem como para os países de origem, ainda que se reconheça que existem dificuldades a ultrapassar quanto à sua integração (2008, p. 213).

Em acordo com essas considerações, pode-se concluir que tanto a economia do país de destino como a do país de acolhimento podem ser

beneficiadas pela imigração. Resta saber se emigrar é, de fato, uma oportunidade para o migrante – agente imprescindível a esse processo –, pois as dificuldades de integração acima referidas se refletem objetiva e subjetivamente nos corações e mentes desses homens e mulheres que rompem laços familiares e de amizade, deixando para trás a sua história, os seus costumes, a sua cultura, na tentativa de conseguir o que, em tese, fora pactuado entre capital e trabalho, a partir do momento em que os produtores foram separados dos seus meios de produção para se tornarem trabalhadores assalariados.

## REFERÊNCIAS

- BÁRCIA, Paulo. (2008) Migrações e trabalho. Assegurar os direitos do trabalho num mundo globalizado. In *Migrações 02*, Lisboa, ACIDI, abril.
- COSTA, A. *Economia Nacional: o problema da emigração*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- DUARTE, F. B. (2011) Migrantes e voluntariado. *Migrações 9* (Preâmbulo). Lisboa, ACIDI, outubro.
- MARQUES, M. M. (2010) (Coord.). *Estado-nação e migrações internacionais*. Livros Horizonte, 2010. Coleção Estudos Políticos.
- MARX, K. (1985) *A miséria da filosofia*. São Paulo, Global.
- MÉSZÁROS, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo.
- PEIXOTO, J. (2008) Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes. *Migrações 02*, Lisboa, ACIDI, abril.